

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

Sobre a escritura da dor

Fabricao Flores Fernandes¹

Resumo: O texto apresenta como objeto de estudo as obras testemunhais de Luiz Roberto Salinas Fortes, Retrato calado (1988), e de Flávio Tavares, Memórias do esquecimento (1999), em que os autores narram acontecimentos vividos durante os anos da ditadura militar no Brasil (1964-1985), entre os quais suas passagens por sessões de tortura. Exploram-se, neste trabalho, os motivos por que os relatos apresentam determinadas características estruturais, tais como a cisão do narrador ante a descrição de eventos de extrema violência, a incorporação de um interlocutor a quem o narrador se dirige, a aparente impossibilidade de ordenação cronológica dos fatos e a repetição de termos e construções sintáticas em um mesmo período. A hipótese interpretativa investigada é a de que semelhantes dispositivos, somados à evidência de que longo tempo transcorreu entre a vivência dos fatos e sua narração, indicam que esse narrador hesitante é vítima de experiências traumatizantes. Nesse sentido, analisa-se a estrutura discursiva dos testemunhos de Salinas e Tavares, identificando nos relatos elementos indicativos das dificuldades enfrentadas no ato de escrever a dor.

Palavras-chave: Ditadura militar, violência, trauma, testemunho.

Abstract: The subjects of this text are the testimonial works of Luiz Roberto Salinas Fortes, Retrato calado (1988), and Flávio Tavares, Memórias do esquecimento (1999), in which the authors narrate events experienced during the years of the Brazilian military dictatorship (1964-1985), among them the torture suffered. One explores, in this work, the reasons for the accounts present some structural features such as the narrator split before the description of the extreme violence, the simulation of an interlocutor to whom the narrator speaks, the apparent impossibility of setting down the facts on a chronological order, and the repetition of words and syntactic constructs on a same period. The interpretative hypothesis one works with understands that such devices, added to the evidence that long time elapsed between the facts and the narration of them, indicate this hesitant narrator is a victim of traumatizing experiences. In order to prove this hypothesis, one minutely analyses discursive structures of Salinas' and Tavares' testimonies, calling attention to the difficulties faced in the act of writing the pain.

Keywords: Military dictatorship, violence, trauma, testimony.

1. Introdução

Nas notícias difundidas pela televisão, é comum que se entrevistem vítimas e testemunhas oculares das mais diversas tragédias. Desastres aéreos, incêndios, acidentes de trânsito, assassinatos, todos são pautas que, aparentemente, suscitam o interesse público e levam os repórteres a buscarem relatos dos envolvidos, mesmo que esses ainda estejam sob o impacto do que aconteceu.

Ao observador atento não escapará um detalhe: existe uma diferença entre o discurso daqueles que presenciaram o fato e o daqueles que foram vítimas dele. Nota-se que, ainda que abalados pelo que viram, os circunstantes encontram palavras para relatar os detalhes da tragédia, arriscando, muitas vezes, uma interpretação para o desenrolar dos acontecimentos. A vítima, por sua vez, freqüentemente interrompe seu relato – isso quando consegue iniciá-lo – e falha na tentativa de elaborar para ele uma explicação totalizante. Nos casos mais extremos, ela nem lembra o que aconteceu.

A violência não atinge somente o corpo da vítima, ela causa também danos psíquicos, abalando a capacidade de compreensão dos motivos que ocasionaram a dor e impossibilitando a articulação de um discurso coerente sobre a própria experiência vivida. Essa situação é parcialmente resolvida somente com um trabalho lento de recuperação da memória dos eventos e de sua externalização gradual, através de um processo terapêutico de narração, quando a vítima da violência encara sua dor. Parcialmente resolvida, porque, mesmo quando as feridas cicatrizam, ainda se podem perceber suas marcas.

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

Se isso é verdade para os indivíduos, também o é para a sociedade. O passado que permanece recalado é um espectro que ronda os planos para o futuro. A sombra de atos violentos que permaneçam sem explicação, elaboração e retratação por parte dos perpetradores (quando os há) impede a plena constituição de uma comunidade lúcida, ciente dos erros já cometidos, apta a evitar seu retorno.

O processo de escrever a experiência é o que será abordado neste texto, tendo em vista, especificamente, narrativas que testemunham a vivência no contexto da ditadura militar no Brasil (1964-1985). A análise de obras como Retrato calado (1988), de Luiz Roberto Salinas Fortes, e Memórias do esquecimento (1999), de Flávio Tavares, revela que as consequências do autoritarismo e da violência das forças de repressão manifestam-se no narrador constituído por esses textos, cujo discurso fragmentado indica o difícil processo de rememoração de eventos traumáticos. A intenção é pesquisar a validade da intuição inicial de que o estabelecimento mesmo de uma situação de enunciação da dor, da vivência sob a repressão ou das diversas constrições das quais se pode ser vítima adquire caráter terapêutico, já que se simula, no ato de narrar, a transmissão da experiência a um ouvinte ou leitor típica do contexto clínico.

Guardando, evidentemente, características particulares que as diferenciam, são objeto deste estudo as obras testemunhais de Luiz Roberto Salinas Fortes e de Flávio Tavares. O relato do primeiro é de publicação póstuma; o do segundo foi escrito com uma distância de mais de dez anos do término do período militar. Os textos não são neutros. Colocam-se do lado dos opositores do regime dos generais. São, todavia, testemunhos permeados pela reflexão e que, diferentemente dos textos e depoimentos divulgados no calor da hora, já não têm o objetivo de cooptar o leitor para a ação ou para o compartilhamento dos mesmos argumentos. Referem-se a fatos que não podem ser modificados, somente analisados e interpretados.

2. Salinas e Tavares: memória e narração

“Esta conferência já tinha sido por nós traduzida em 1963 não tendo sido possível na ocasião a sua publicação. Vieram depois anos difíceis que nos obrigaram a deixar este nosso trabalho em segundo plano.” (Fortes, 1987, p. 18). Tais são as palavras de Salinas Fortes em 1986, explicando a longa demora na reformulação de sua tradução do texto de Sartre. Texto esse, aliás, que ironicamente estabelecia uma relação com sua própria vivência nos anos “difíceis”, ao tratar do compromisso do filósofo com seu tempo histórico, da união de ideologia e práxis, envolvendo, fundamentalmente, o conceito de “liberdade”. Um pouco de sua experiência naqueles anos atribulados está narrada em seu livro de memórias sobre o período.

Desde a primeira leitura, a principal reação emocional oriunda do contato com as palavras de Salinas Fortes é a empatia. O texto – em que a classificação é problemática e, ao cabo, desnecessária – é uma espécie de anomalia na produção literária/memorialística derivada da experiência com os dispositivos da ditadura militar. Explica-se: é um relato curto, mas pungente, escrito por um professor universitário, tradutor e estudioso de Rousseau, produzido em 1987 (com passagens escritas nos anos 70 e trechos de um diário esparso mantido pelo autor nos anos de 1959 e 1960), portanto, oito anos após a anistia, quando os primeiros testemunhos sobre o período militar foram escritos/publicados. Além disso, veio a público postumamente, sem ajustes finais, acréscimos ou cortes. Retrato calado é, em última instância, uma tentativa amargurada de entender a condição humana, de entender como a racionalidade pode, em certas ocasiões, estar em serviço do aviltamento do homem. Em outro contexto e com outras palavras – não menos amarguradas – é o que Primo Levi tentou entender também, entre tantos outros.

O relato está dividido em três partes. A primeira e a terceira tratam da vivência do autor no contexto repressivo da ditadura. Entre as duas dispõem-se trechos do diário de um tempo anterior, em que as

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

expectativas de um jovem do interior, chegado há poucos anos na capital, contrastam com a escassez de perspectivas dos anos subseqüentes.

A parte inicial, intitulada “Cena primitiva”, conta a circunstância de suas duas primeiras detenções, no ano de 1970. Apresentando quatro subdivisões, essas páginas representam a maior seção do livro. O primeiro capítulo narra o contexto de sua primeira prisão, na OBAN (Operação Bandeirantes), para “prestar declarações”. Naquela vez, teve que “colaborar” com a repressão num episódio que acabou por não ocasionar maiores conseqüências, mas que o incomoda até o momento da escrita. Apesar do susto e do tratamento duro que recebeu, não foi vítima de torturas na ocasião. Esse capítulo, a propósito, inicia-se (e encerra-se) com o momento da segunda detenção – em que, daí sim, foi barbaramente torturado² –, o qual desencadeia, conseqüentemente, a lembrança da primeira vez em que foi preso.

O segundo capítulo trata do cotidiano da primeira detenção, que durou dez dias, e reflete sobre a mudança que se opera naquele que vivenciou a prisão e a violência carcerária. Nessas páginas, comenta a hipocrisia do poder e sua duplicidade oficial, que nega em público ações que executa clandestinamente. O terceiro capítulo, por sua vez, principia com a saída da prisão e o retorno à vida normal. Normalidade que logo é interrompida, pois é preso novamente, em companhia de uma amiga, e levado para o DOPS. Permanece outros dez dias detido, porém então, além da truculência com que foi tratado anteriormente, é algemado, espancado, pendurado no pau-d’arara e leva choques, produzindo nele uma perplexidade que define como uma “cesura” (Fortes, 1988, p. 39) em sua vida. Não deixa de se referir, mais uma vez, às mentiras oficiais, repetidas nos meios de informação, as quais apregoavam que o procedimento com o qual foi recebido ocorria em casos isolados, excepcionais. Algo que logo, no convívio com outros detentos, perceberia ser inteiramente falso.

A atitude oficial do governo parece-lhe tão infame, que incorpora ao final do capítulo uma suposta “voz” da ditadura, explicando a violência empregada contra seus opositores, a qual, nessa visão, seria uma reação necessária e adaptada às atitudes dos “inimigos”. Decorrentes dos fatos narrados nos três primeiros, as palavras empregadas no quarto capítulo constituem um doloroso momento de reflexão e autoquestionamento. Ele narra outra “colaboração” a que foi obrigado (localização do endereço de uma amiga). Essa parte termina com sua saída da prisão.

Dentre as três partes, a de menor extensão é a segunda. Intitulada “Suores noturnos”, ela não está constituída exatamente de um relato memorialístico, mas sim de anotações em uma espécie de diário esporádico mantido pelo autor em alguns meses dos anos de 1959 e 1960. Nessas páginas, estão inscritas as impressões do jovem estudante de Direito, chegado há quatro anos do interior do Estado de São Paulo para estudar na capital. São palavras carregadas de apreensão e expectativas quanto ao futuro. Ao final desse segmento, há um parágrafo escrito em 1965 em que Salinas Fortes registra seu amadurecimento em relação à visão de mundo ingênua dos anos anteriores e no qual afirma ter-se libertado de “muitos fantasmas” (Fortes, 1988, p. 71) de então, mas não de si mesmo.

Por fim, a terceira e última parte, intitulada “Repetição”, está subdividida em três capítulos. No primeiro deles, Salinas Fortes conta como, em 1974, foi detido pelo DEIC, acusado de tráfico de drogas. Permaneceu dois dias encarcerado, mas o que mais o marcou desse episódio foi uma manchete de jornal em que sua detenção foi divulgada. O segundo capítulo descreve sua quarta prisão – alguns meses depois da terceira – novamente na OBAN (e aqui há uma imprecisão do autor, pois, em 1974, já estava consolidada a transformação da OBAN em DOI-Codi, nesse caso, o do IIº Exército). Permaneceu lá outros dois dias, nos quais se desesperou, bateu a cabeça contra as grades e temeu novos interrogatórios. Suas reflexões, nesse segmento, são entremeadas por trechos de cartas trocadas a partir de Paris – lugar aonde havia ido tentar recuperar-se dos acontecimentos recentes – com um amigo no Brasil. No último capítulo do livro, o mais curto de todos, analisa sua experiência – e a de tantos outros – com a distância já de alguns

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

anos. Prevê que os militares não gostarão de retornar ao assunto nos anos vindouros e se pergunta se, afinal, seus atos vis permanecerão impunes.

A divisão em partes provoca um efeito de contraste entre elas, melhor dizendo, entre a parte intermediária e as outras duas. A segunda parte, além de ter sido escrita em outra época, aborda temas estranhos ao assunto principal da obra, ou seja, a memória das detenções. Essa parte mostra com mais intimidade o autor; permite, em outras palavras, conhecê-lo melhor e vislumbrar seus interesses, pensamentos e dúvidas da juventude. Nela, não há um acontecimento externo – como as detenções nos outros segmentos – que domine a linha de raciocínio, condicionando as reflexões.

Não há, por parte do autor, qualquer explicação do porquê de colocar esses trechos do diário de anos anteriores entre suas memórias da repressão militar. Talvez o tenha feito, justamente, com o propósito de revelar que aquilo que o leva a escrever sobre si é a dor: nos diários, a dor de estar longe da família e, sozinho na capital, estar apreensivo em relação ao futuro – quanto a essa questão, há uma passagem importante em que cita André Malraux: “diz ele que a ‘possibilidade infinita’ do destino dos homens é mais ‘inquietante’ do que ‘sua presença sobre a terra’” (Fortes, 1988, p. 67); nas outras partes, a dor maior de ter sofrido desrespeito em relação aos seus direitos elementares, ter sido estigmatizado, detido e torturado.

Para Antonio Candido, que prefacia o livro, a disposição das partes do relato emula o contexto repressivo que cerca o indivíduo: “forçando a nota, pode-se dizer que as páginas confessionais, postas no meio, simbolizam pela simples posição a pessoa apertada entre duas conjunturas repressoras.” (Candido, 1988, p. xi). Aproveitando o título escolhido para a obra, a segunda parte revela-se um retrato antigo, que escancara as mudanças que o tempo produz, que dá a conhecer um homem o qual ainda não era quem viria a ser e que poderia ter sido outro, se outras tivessem sido as condições. Forçando a nota, como diria Candido, tal é o retrato do Brasil naqueles mesmos anos, que, diante das “inquietantes possibilidades” de seu destino, enveredou pela desfiguração da democracia, perdendo assim a chance de sair bem na fotografia.

Ainda em “Suores noturnos”, é evidente a condição melancólica do autor. Sente-se sozinho e impotente, procura refúgio na escrita. Registra ele: “o futuro me parece um abismo. Tenho medo. Acho que sempre fui assim, pensando bem. O mundo sempre me pareceu um pouco hostil.” (Fortes, 1988, p. 64). Segundo Freud (1992), o melancólico lamenta constantemente as perdas sofridas. Sente-se impotente por não poder intervir na célere passagem do tempo. Por não conseguir superar as perdas, teme danos futuros. Vive na prostração. Daí o futuro ser “um abismo” e o mundo, “um pouco hostil”³.

O desenrolar dos fatos daria razão ao seu temor. Demonstrava o autor, então, a consciência do quão assustador é a necessidade de realizar escolhas. Com o passar dos anos, o caminho seguido não apresenta mais retorno, apenas novas decisões – desta vez em menor número – que se vão colocando a cada etapa da vida. A súbita revelação da condição humana parece impressionar Salinas, pois o convence de que a percepção do fato indica ser sua vocação a de pensador. A constatação, por sua vez, revela os motivos de seu direcionamento à filosofia. O autor já maduro, talvez em 1986 ou 1987, quando colige o material escrito para preparar o livro, demonstra o importante papel, em sua vida, daquelas reflexões ao estabelecer como epígrafe de “Suores noturnos” as palavras de Malraux citadas anteriormente.

O que se quer evidenciar nesta análise é a função estrutural do diário no conjunto de Retrato calado. Tais páginas não estão aleatoriamente distribuídas, nem foram anexadas ao relato memorialístico por capricho ou qualquer outro motivo. Elas – essas páginas de juventude –, apesar de não terem a razão de seu emprego explicitada pelo autor, explicam-se tacitamente no conjunto, revelando a consciência, por parte de Salinas, dos mecanismos pelos quais se estrutura o interesse por uma história. História essa que, se não é um “romance”, como quer a nota “Sobre o autor” em uma outra obra sua (Fortes, 2004, p. 93), apresenta características que a colocam entre o que de mais complexo se criou sobre o período ditatorial no Brasil.

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

O jovem temeroso e incerto em relação ao futuro escreve em agosto de 1959: “Cada vez, aliás, vou me convencendo de que minha verdadeira vocação, meu verdadeiro destino é o de refletir sobre mim mesmo e o mundo.” (Fortes, 1988, p. 65). Neste ponto, é interessante lembrar as palavras de Susan Sontag: “Exatamente porque o caráter melancólico é perseguido pela morte, são os melancólicos que melhor sabem decifrar o mundo” (Sontag, 1986, p. 93). Ele se tornaria professor de filosofia, doutorando-se em 1974, ano em que enfrentaria duas prisões.

Igualmente rico em camadas de significado e objeto privilegiado para o estudo da narrativa testemunhal é *Memórias do esquecimento*, publicado em 1999. Diferentemente do relato conciso de Salinas Fortes, Flávio Tavares narra fragmentos de sua história com maior detalhamento, detendo-se na cena que conta para logo analisá-la e, sobre ela, emitir opinião. Em sua narrativa, fatos acontecidos em anos anteriores à subida dos militares ao poder só são referidos quando apresentam alguma relação com os do período ditatorial. Episódios da infância e da juventude são apenas mencionados brevemente.

O relato abarca os anos de 1964 a 1979. Em alguns episódios, Tavares se detém, esmiuçando suas causas e conseqüências. Em outros, porém, o leitor só tem acesso ao que o autor julga essencial, deixando para a imaginação o trabalho de preencher as lacunas da narrativa. O que se lê é a história deste advogado gaúcho, dedicado ao jornalismo, que foi professor universitário em Brasília. Trabalhava como colunista político para o jornal *Última Hora* naquela cidade quando o golpe militar o surpreendeu em 1964. Foi detido pela primeira vez em maio daquele ano, devido a uma delação anônima. Permaneceu preso por três dias, até que o chefe da polícia o soltou ao perceber que a denúncia não tinha fundamento.

No mês seguinte, insatisfeito com o sufocamento das manifestações democráticas contrárias ao regime imposto, Tavares decidiu colaborar com a resistência, dando um passo além ao do combate teórico empreendido através das críticas veiculadas em sua coluna no jornal. Sobre o momento de mudança de atitude, escreve: “Daí em diante, o caminho para aderir ou participar da resistência tornou-se cada vez mais curto e mais natural. De fato, não fiz uma opção política: tive uma reação moral.” (Tavares, 1999, p. 165). Reuniu-se com um grupo de conspiradores, atribuíram-se cognomes e, já no início de 1965, viajou ao Uruguai. Lá, encontrou-se com Brizola, que, do exílio, coordenava o que viria a ser o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), com o auxílio de Cuba. Influenciado pelas idéias de Che Guevara, o objetivo do MNR era criar vários focos revolucionários no país, como destaca o autor neste trecho: “Brizola estava literalmente inundado pela concepção de guerrilha, lia revistas do Vietnã do Norte e me contou, inclusive, que fazia exercícios de tiro e assalto a baioneta.” (Tavares, 1999, p. 177). Flávio lecionava na UnB quando, em outubro de 1965, explodiu a crise naquela universidade. Após o Ato Institucional nº 2, ele foi demitido, acusado de ser, além de comunista, propagandista do Nazismo, devido aos livros que incluía na bibliografia de seu curso.

Nos meses subseqüentes, empreendeu várias viagens ao Uruguai, estabelecendo ligação entre Brizola, militantes treinados em Cuba e grupos revolucionários espalhados ao longo do território nacional. Um dos contatos que teve – com um pequeno grupo de conspiradores de Uberlândia-MG – ocasionou a sua segunda detenção. Sobre ela, comenta: “o exército me prendeu em Brasília, em agosto de 1967. E aí é que toda a história de fato começou” (Tavares, 1999, p. 204). O grupo de Uberlândia tinha sido preso (havia um informante disfarçado entre eles) e, com isso, o exército chegou até Tavares, que tinha ido contactá-los, a fim de saber do que necessitavam. Detido, o autor foi interrogado por 72 horas ininterruptas, por equipes investigativas diferentes. Depois de algumas semanas, foi transferido para um quartel de Juiz de Fora, onde ficou até dezembro, libertado após ser julgado no Superior Tribunal Federal. Tavares se afastou da atividade política e decidiu sair de Brasília. No Rio de Janeiro, voltou a ser apenas um jornalista (justamente no turbulento ano de 1968). Até que, no dia 13 de dezembro daquele ano, quando o Ato Institucional nº 5 foi editado, deixou o jornal e escondeu-se, devido às inúmeras prisões a esmo que aconteceram então.

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

Tavares voltou a ser preso em agosto de 1969, no Rio de Janeiro, por envolvimento na luta armada. Naquele momento, já fazia parte do MAR (Movimento de Ação Revolucionária), que continha grande número de ex-marinheiros (expulsos da Marinha e perseguidos, desde os acontecimentos de 1964). Levado para o quartel da Polícia do Exército (na rua Barão de Mesquita, onde muitos eram interrogados naquela época), foi recebido com torturas diversas, que foram do “corredor polonês” ao choque elétrico. Permaneceu um mês na prisão, sofrendo suplícios tais como o pau-de-arara. Finalmente, foi incluído na lista dos quinze presos a serem libertados, divulgada pelos seqüestradores do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Elbrick, e enviado, num avião militar, ao México. Banido do país, seu exílio durou dez anos e dois meses (tempo em que, entre outros infortúnios, ficou impedido de ver sua filha). Retornou ao Brasil em novembro de 1979, beneficiado pela Lei da Anistia. Durante o exílio, morou no México, na Argentina e em Portugal, tornando-se correspondente dos jornais Excelsior, do México, e, mais tarde, do Estado de S. Paulo.

Sua história, entretanto, teve um capítulo incomum. Durante o exílio, em julho de 1977, voltou a ser preso e torturado. Quando residia na Argentina, viajou ao Uruguai, por ordem do Excelsior, com o objetivo de tentar resolver a situação do correspondente local do jornal, que havia sido detido por conta de um artigo “ofensivo” ao Governo. Tavares foi, então, seqüestrado por militares uruguaios, que o levaram a um centro clandestino de torturas, onde foi barbaramente seviciado e ameaçado de morte. Ele foi vítima, inclusive, de duas traumatizantes simulações de fuzilamento. Depois de 26 dias algemado e vendado, foi levado a um juiz militar, que o informou que estava sendo processado por espionagem. Foi removido então ao cárcere central de Montevideú. Permaneceu mais seis meses naquele lugar, até por fim embarcar para Lisboa, em 1978, onde ficaria até a volta ao Brasil. A narrativa de sua vida pára aí. No relato, não há nenhuma palavra sobre o que fez nos anos subseqüentes.

O texto de Flávio Tavares não está disposto em ordem cronológica, como foi resumido acima. Sua narrativa inicia com uma reflexão sobre a distância que o separa dos eventos que pretende narrar, para logo relatar suas sensações em meio ao vôo para o México. A partir daí, fatos anteriores e posteriores aos de 1969 se sucedem, num ir e vir que simula o próprio movimento da memória. O livro está dividido em duas partes, subdivididas, por sua vez, em capítulos. A primeira parte apresenta onze deles, antecedidos pela introdução. Já a segunda conta com doze capítulos e o epílogo. No início de cada capítulo, encontra-se uma epígrafe; e cada um deles apresenta subcapítulos numerados.

Memórias do esquecimento é produto de uma experiência de vida. Engendrado numa consciência que, se por um lado, sabe que as memórias contribuem para o estabelecimento de maior acuidade historiográfica, fornecendo novos subsídios aos interessados no período enfocado; por outro, demonstra a vontade e, por vezes, a necessidade do esquecimento, para que a normalidade cotidiana possa ser retomada sem que sonhos perturbadores e lembranças desagradáveis irrompam involuntariamente, reatualizando a dor de outros tempos.

3. Violência, trauma e estrutura discursiva

Salinas Fortes enfrentou em 1974, além das forças de repressão, uma banca de doutorado. O momento da defesa de tese, aliás, como conta Marilena Chauí na “Apresentação” ao livro, foi problemático, pois ele teve que se deparar com uma situação de pressão, a qual lhe remeteria a outras ocasiões. Assim lembra a professora:

Amigos, tínhamos o dia da defesa de tese, não sabendo o que poderia acontecer a Salinas diante de uma situação de interrogatório. (...) Argüimos. E Salinas não conseguia ouvir-nos. Cada um de nós sabia que ele não se via naquela sala, mas noutras. (Chauí, 1988, p. vi)

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

O que Chauí procura explicar é a visível mudança de temperamento de Salinas após ter sofrido violência no cárcere. Nessa apresentação ao autor, que a torna uma testemunha das conseqüências da tortura, escreve: “Lembro-me do dia em que voltou à faculdade, após a segunda prisão, andar trôpego, olhar agoniado.” (Chauí, 1988, p. iv). A evidente mudança não passou despercebida pelo próprio Salinas. Ao longo de seu relato, expressa a percepção dos efeitos decorrentes do tratamento que recebeu nas prisões. Lucidamente, afirma:

Há algo que se rompe, pois não é impunemente que se passa pela experiência da prisão, assim como não se passa impune pela experiência de prender e torturar. Contaminação recíproca. Perda de ‘inocência’ de um e outro lado e profunda crise ideológica de ambos os lados, cujas repercussões até hoje persistem. (Fortes, 1988, p. 28).

Ainda, mais adiante: “E depois, sistematicamente, instalar-se-ia o delírio. Sob formas variadas. E depois, minha vida cesurada, corte não só epistemológico, mas certamente fundo, bem no fundo.” (Fortes, 1988, p. 39). A consciência da transformação o leva, por outro lado, a tentar dirimir os problemas através do ato da escrita. Dessa forma, além de cumprir a função de testemunho, ao legar sua experiência à história, Salinas utiliza a narração para acertar contas consigo mesmo, para livrar-se do fardo que carrega.

Como metáfora dessa função, utiliza a expressão “exorcismo” em mais de uma vez. No primeiro segmento, logo no início, refere-se ao enfrentamento com questões problemáticas de seu passado como uma “necessidade do exorcismo” (Fortes, 1988, p. 13). Já em “Repetição”, ambicionando terminar em definitivo a ação de purificação, encaminha-se ao desfecho do relato, porém percebe que ainda há fantasmas do passado a serem extirpados:

Acho que chegou, então, o momento de concluir. E partir para outra. Mas, de delírio em delírio, fui me esquecendo de tanta coisa, como concluir? Não, um pouco mais de paciência, até que o exorcismo se complete e o vômito desengasgue. Tanta coisa esquecida... (Fortes, 1988, p. 89)

Talvez a ansiedade decorrente da realização do projeto de, finalmente, narrar o que lhe aconteceu tenha feito com que alguns episódios fossem deixados para trás. Nesse caso, o esquecimento involuntário se caracteriza pela ambigüidade. É prejudicial à necessidade de expor os detalhes da violência que sofreu, mas, por outro lado, para que possa, por fim, esquecer sem problemas (e “partir para outra”, como diz, já que seu fardo estaria transposto ao papel), precisa antes rememorar os fatos. A vontade de finalmente esquecer é, afinal, o que acaba por justificar o “ritual”:

E hoje o exorcismo que se renova a cada instante, a cada hora, a cada dia, a cada semana, a cada mês, a cada ano, a esperança que rejuvenesce de quebrar as grades, voar, essas grades que continuam, imaginárias, a me comprimir o cérebro. Sonho em reconquistar a integridade e a liberdade, será possível? Como contornar a lógica da tendência se o sabotador, com toda a sua malícia, instalou-se dentro da cabeça, enfiou-se no interior do interior, sugando os esforços e comprometendo a objetividade do pensamento? (Fortes, 1988, p. 100)

A objetividade do pensamento, que origina a clareza na exposição dos fatos, está presente nos seus escritos acadêmicos e é, inclusive, elogiada por Marilena Chauí (1988, p. vii). Entretanto, ao narrar episódios pessoais, seu discurso apresenta características típicas de um sujeito que vivenciou acontecimentos traumatizantes. Segundo os psicanalistas uruguaios Maren e Marcelo Viñar, o objetivo da tortura é “provocar a explosão das estruturas arcaicas constitutivas do sujeito, isto é, destruir a articulação primária entre o corpo e a linguagem” (Viñar, 1992, p. 73). Os efeitos duradouros dessa “explosão” podem ser percebidos na construção do testemunho de Salinas.

Em primeiro lugar, o autor, em certos momentos, emprega em seu texto uma reiteração de termos que simula certa resistência ao início da narração dos episódios mais traumáticos. Já no começo do relato isso

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

se torna evidente: “O magricela sorri dentro do elevador. Sorri o magricela, irônico, dentro do elevador. O sorriso irônico acompanha o pequeno grupo” (Fortes, 1988, p. 9). É de se supor que o “sorriso irônico”, que antecedeu sua primeira sessão de torturas, tenha, em retrospecto, causado grande impressão em Salinas, provocando perplexidade ao perceber na atitude do torturador a antecipação do prazer sádico que teria minutos mais tarde. Retomando a avaliação de Freud (2003), a compulsão à repetição, no indivíduo traumatizado, manifesta-se também no âmbito da linguagem.

A repetição de termos igualmente está presente na frase que abre a terceira parte – que se intitula, como já se sabe, “Repetição” – e que indica, novamente, o contexto opressor a partir de onde retoma a narrativa: “Na pequena cela ao lado, ao lado deste novo domicílio que te impuseram, de novo, naquela pequena cela ao lado” (Fortes, 1988, p. 75). Semelhante aspecto discursivo pode ser identificado em outras narrativas testemunhais, como, para exemplificação, a de Ottoni Fernandes Júnior: “Escrever sobre fatos tão dolorosos como a prisão, tortura, anos afastado da sociedade é muito doloroso.” (Fernandes Júnior, 2004, p. 11). A tendência à reiteração não é simples falha estilística. Ela expõe à vista a impossibilidade de fuga da expressão da dor.

Outra característica do discurso é o constante “diálogo” com o leitor. Mais uma vez, ela já se apresenta desde o princípio da obra de Salinas:

Mas as coisas agora seriam bem diferentes e logo, logo seria dado ao protagonista que vos fala, a ocasião única, o privilégio imerecido de vir a conhecer o famoso instrumento de tortura já há muitos e muitos anos corriqueiramente utilizado por nossas forças policiais em toda a vastidão do território nacional. (Fortes, 1988, p. 9).

O tom confessional de sua narração adquire, em algumas passagens, semelhança com o diálogo psicanalítico, ao dirigir-se a um “senhor” que seria o depositário de sua experiência e de quem espera compreensão e, talvez, indulgência⁴. Um exemplo dessa atitude pode ser conferida nas seguintes palavras: “Pois é, começo a escrever minha autobiografia. Como vê o senhor, a mania já vinha desde então.” (Fortes, 1988, p. 39). O autor está ciente da semelhança e percebe a necessidade que tem de relatar mesmo os episódios mais problemáticos de sua experiência com a repressão, ainda que lhe cause dor:

Chega então o momento mais difícil. Mais doloroso ainda? Como se fosse possível, pois é. Aqui chegado, senhor, empaco, difícil prosseguir, falta-me a voz. Um pouco de paciência, pois. É difícil, deitado aqui no divã, contemplando a suave galeria da parede em frente, muito difícil é trazer de volta à consciência, ir buscar lá no fundo a voz paternal do Zildo [torturador], santo Izildinho agora tão bonzinho, que me diz tudo bem, não fique nervoso, as coisas estão se esclarecendo e agora nós queremos apenas a tua colaboração. Apenas... (Fortes, 1988, p. 49).

A referência ao divã, evidentemente, não é aleatória. O processo de narração empregado no testemunho, ao mesmo tempo em que busca expor os acontecimentos, procura também explicações para as atitudes extremas das pessoas envolvidas no processo de repressão a ideais opostos. Ou seja, ao lembrar seu passado difícil, tenta avaliar seus erros e acertos, sem deixar de registrar a estupefação diante do nível a que pode chegar o ser humano. Salinas marca, além disso, que esse próprio ato de lembrança e narração é, em si, libertador e tem o objetivo de restabelecer nele próprio um estado de consciência que lhe permita prosseguir normalmente com suas atividades, sem que os “fantasmas” do passado voltem a lhe tirar o sono e a lhe cortar a fala. Daí o uso da palavra “divã”, que, metonimicamente, indica a função de seu relato.

Dentre os traços discursivos através dos quais se percebe a condição traumatizada do narrador, nenhum é mais evidente do que a cisão⁵ que se origina da narração dos piores momentos da tortura. Marco Antônio Tavares Coelho, por exemplo, comenta cartas que enviou, da prisão, à sua esposa: “Não sinto que tudo aquilo sucedeu comigo, mas com outra pessoa.” (Coelho, 2000, p. 370). Quanto a Salinas, no interesse de

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

relatar detalhes dos procedimentos de que foi vítima, ele não sustenta a pessoa verbal do narrador, alternando, às vezes na mesma frase, entre a primeira e a terceira. É o que acontece, por exemplo, na seguinte passagem: “Passado algum tempo resolvem deixar que o paciente repouse um pouco e me despenduram, depositam o fardo no chão, embora continuando a conservar mãos e pés atados.” (Fortes, 1988, p. 41). Nesse trecho, evidencia-se ainda a percepção de sua condição passiva, tornando-se mero objeto de intervenções alheias. Vê a si mesmo como um paciente, no qual se testam as mais diferentes terapias, mesmo a “terapia do choque”. Tal ponto de vista é reforçado pela simulação da visão reificada que os torturadores têm dele, expressa pelo emprego do termo “fardo” em referência a si mesmo.

A incapacidade de distanciar-se dos fatos para relatar objetivamente a violência que sofreu reforça a hipótese de enfrentamento problemático com as próprias memórias. O narrador demonstra sua precariedade pelo estabelecimento de limites às suas ambições narrativas, dispondo apenas de fragmentos de histórias, das quais é personagem. Nos momentos mais delicados, a linguagem fraturada escancara a dificuldade de lembrar e contar:

E de novo o ciclo pergunta-choque-grito-resposta ao qual em breve se acrescenta novo elo: as fezes do paciente que se derramam e se espirram em monumental diarréia. Todos fingem indignação e me insultam, mas, na verdade, não parecem lá tão surpresos, pois devem estar habituados. (Fortes, 1988, p. 41-42).

A constatação de que os brutais métodos de interrogatório aos quais foi submetido são corriqueiros no cárcere parece impressioná-lo ainda mais e contribui para que tais episódios marquem sua subjetividade de maneira indelével.

Se, por um lado, existe a certeza de que a violência gratuita é uma rotina, por outro, percebe Salinas que isso não é de conhecimento amplo. Em resposta às constantes negativas governamentais da existência de tortura nas delegacias e prisões brasileiras, o autor entende que precisa dar seu testemunho. Baseado no que viu e viveu, Salinas escreve:

Mais tarde, os ideólogos oficiais e oficiosos procuraram enfatizar o caráter excepcional de tais procedimentos, esforçaram-se por caracterizá-los como abusos isolados, acidentes de trabalho que não comprometem a instituição na sua totalidade. Mentira. (Fortes, 1988, p. 43).

A resposta à “voz” militar procura apresentar para a história o que o autor entende como a realidade dos subterrâneos da ditadura. Certamente, a ficção dos discursos oficiais é outra violência de que o torturado é vítima. Além da recusa em admitir as torturas, outro recurso empregado pelos militares na tentativa de justificar seus atos é o de afirmar que a violência, se empregada, deveu-se à necessidade de reação pelos mesmos meios do “inimigo”. Como aponta frei Betto em seu relato, “a repressão sempre transfere a responsabilidade de seus atos para as suas vítimas” (Betto, 1982, p. 125). Ciente dessa versão para os fatos, Salinas incorpora ao seu relato um trecho (Fortes, 1988, p. 48), marcado em itálico, em que simula o discurso “anti-subversivo” da ditadura. Além disso, refere-se ao caráter ficcional dos comunicados oficiais em várias passagens. Como nesta:

Daí a necessidade do registro rigoroso da experiência, da sua descrição, da constituição do material fenomenológico, da sua transcrição literária. Contra a ficção do Gênio Maligno oficial se impõe o minucioso relato histórico e é da boa mira neste alvo que depende o rigor do discurso. (Fortes, 1988, p. 29).

O maior problema a ser superado na consecução do objetivo é o próprio caráter traumático das lembranças evocadas. A ambigüidade que se estabelece, então, entre a necessidade de fornecer sua versão dos fatos e a vontade de esquecer os momentos difíceis por que passou dá ao relato uma profundidade de reflexão poucas vezes vista na produção sobre o período militar. Tal ambigüidade está presente, vale citar, mesmo quando deixa o país e se depara com outras paisagens:

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

E os delírios vão me fazendo, de tempos em tempos, esquecer de tudo isso. Mas como esquecer? O meu tempo livre, agora, na nova vida das ruas estrangeiras, mas familiares, fazendo-me deslembrar um pouco dos fantasmas polimorfos, que de novo voltam a me afetar, delimitar, despedaçar, corroer, doer. (Fortes, 1988, p. 90).

E nesta: “Mas com todos estes delírios circulares ia deixando de lado o essencial. Aqueles dois tenebrosos dias, como esquecê-los? Talvez os mais terríveis, embora reduzidos no tempo.” (Fortes, 1988, p. 95). A palavra “delírios” expressa o desejo de que tudo por que passara tivesse sido apenas um sonho, ou, mais apropriadamente, um pesadelo de cujas impressões se quer livrar o mais rapidamente possível. Por querer esquecer, questiona o empreendimento que assume: “Por que escrevo tudo isso??? Por que relembrar águas passadas e repassadas e bem passadas? Qual a importância, afinal, do gênero – como chamá-lo? – ‘memorial’?” (Fortes, 1988, p. 80).

A resposta aos seus questionamentos envolve a complexa união entre a obrigação – decorrente da percepção de que o material de que é composto seu relato deve ser registrado –, a necessidade pessoal – proveniente do desejo de narrar e não deixar que sua experiência se perca –, e a vontade de esquecer – para que possa “livrar-se” do passado e concentrar sua atenção nos temas de seu interesse. No texto, um esboço de justificativa para o processo narrativo do qual se encarrega retoma a palavra “anistia”, utilizando-a em contexto subjetivo:

A única coisa que sou capaz de dizer no momento é que se as escrevo – as memórias – é para dar a mim mesmo, conceder-me em benefício próprio, uma ‘ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA’, já que ninguém me concede. Por que não? Quem impede? Uso deste espaço para não deixar que tudo se perca, se evapore. E continuo dizendo dessa forma canhestra e imprecisa, infiel e abstrata. O fato é que tudo mudou, que era o mundo antes, o meu, bem diferente. E tudo vai ficar por isso mesmo? Eles torturaram, mataram, destruíram, tripudiaram, achincalharam, humilharam e continuam aí, juízes finais, são eles que decidem o que é certo ou errado, o que é bom ou mau. (Fortes, 1988, p. 80-81)

As palavras finais da citação acima escancaram uma revolta que, em outras partes do relato, é contida. Com a finalidade de analisar de uma perspectiva distanciada o comportamento do regime militar e de seus opositores, Salinas não coloca em primeiro plano seus sentimentos em relação aos torturadores e aos oficiais que os estimulavam ou eram negligentes em relação aos seus procedimentos rotineiros. Este homem revoltado – mas que se esforça para não o ser e para não aparentar tal condição – carrega na consciência o conhecimento empírico do nível extremo ao qual pode chegar a espécie humana. No caso dos torturadores, o nível de degradação; no seu caso, o de desalento.

Sobre o último ponto, o autor escreve um trecho essencial. Deixa para o final do relato, como se o quisesse evitar, porém sabe que é uma passagem fundamental de sua experiência e da história a que se propôs contar. Deve, portanto, vir à luz. Tendo na memória a lembrança dos sofrimentos anteriores e temendo o futuro, devido à realidade de um presente opressor, Luiz Roberto Salinas Fortes, professor universitário, estudioso dos filósofos iluministas, desespera-se:

A certas horas eu me imaginava até o único habitante daquelas paragens desérticas e silenciosas. Por isso me desesperei mais do que das outras vezes. Por isso no começo da tarde do segundo dia já não agüentava mais e comecei a me debater contra as paredes, lamentando o dia em que nascera. Acabar numa cela sem saber do que me acusavam. Parede, ângulo. Cabeça na parede. Arrepio pelo corpo, tento deitar-me, relaxar, logo me vejo de pé, arranco-me os cabelos, lágrimas me escorrem sem parar, a vontade é mesmo gritar e de novo vou de ombros contra a parede. (Fortes, 1988, p. 96-97)

Essa revolta que não cabe em si, essa atitude imprudente de violência contra o próprio corpo talvez tenha originado suas constantes dores posteriores, e, evidentemente, agravaram sua já frágil condição

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

psicológica, acarretando problemas que o acompanhariam até seu falecimento precoce. De sua condição, dá testemunho Marilena Chauí:

Quantas vezes, vi Salinas apertar as têmporas – gesto último, que teve ao morrer – adivinhando uma dor sem nome, embora eu não soubesse que batia contra as grades sua própria cabeça, inscrição em seu corpo das barras das prisões onde tentaram roubar-lhe o espírito. Quantas vezes ouvi Salinas tropeçar na frase iniciada, tateando as palavras, perder o fio da meada e, não podendo alcançar meus ouvidos, tentar alcançar-me os olhos, lançando-me um olhar, misto de pasmo e agonia, fazendo-me adivinhar que a teia da tortura prendia-lhe a voz e voltava-lhe os olhos para cenas invisíveis aos meus. (Chauí, 1988, p. vi-vii)

Ao triste legado que ficou de suas detenções e da violência que sofreu, refere-se o autor no capítulo inicial do livro, em trecho, aliás, que Antonio Candido identifica – com a precisão que lhe é peculiar – como central no relato:

Talvez uma das chaves do livro esteja na página 29, onde Luiz Roberto alude à tortura que sofreu e à marca deixada por ela, prevendo que poderia causar no futuro a sua morte – como parece que de fato causou. Ele sugere então o dever de expor o que aconteceu a tantos, transbordando a sua singularidade para exprimir o destino dos outros. O que sofreu, muitos sofreram, e quem sabe sofrerão; por isso, a sua experiência representa um estado mais geral de coisas e justifica o aparente relevo dado ao indivíduo falando na primeira pessoa. O destino possível de outros leva a testemunhar. (Candido, 1988, p. xii)

Eis o que Salinas escreve na referida página:

Tudo teria sido então pura ficção? Tudo ficará por isso mesmo? A dor que continua doendo até hoje e que vai acabar por me matar se irrealiza, transmuda-se em simples ‘ocorrência’ equívoca, suscetível a uma infinidade de interpretações, de versões das mais arbitrárias, embora a dor que vai me matar continue doendo, bem presente no meu corpo, ferida aberta latejando na memória. (Fortes, 1988, p. 29)

Tem-se falado aqui do estado traumático do narrador de Retrato calado. Sobre essa condição, a última frase do trecho acima já fornece pistas. A “ferida aberta latejando na memória” é, justamente, uma acertada imagem para a definição de “trauma”⁶. Felman (2002) explica que o trauma origina efeitos “atrasados” ao longo da vida do traumatizado. Entre os exemplos clássicos de sintomas traumáticos, a autora cita a ansiedade, os pesadelos e a repetição compulsiva da cena traumática “em pensamento, discurso ou fantasia” (Felman, 2002, p. 171; nota 1).

Também Flávio Tavares apresenta características discursivas que lembram os sintomas do trauma. Ele dirige sua narrativa, em certas passagens, a uma segunda pessoa, uma mulher, que pode ser identificada como a companheira amada, de quem espera compreensão e atenção: “E por não esquecer te conto, minha amada. Como um grito te conto. Ouve e lê.” (Tavares, 1999, p. 13). E não é somente isso. Na introdução ao relato, o autor coloca uma questão fundamental: por que voltar a épocas de dor, num momento de (aparente) tranquilidade na vida, após os anos de tortura e exílio terem ficado para trás? Diz-se aqui “aparente” porque, sob a superfície de uma vida de normalidade nos anos posteriores a 1979, a lembrança de momentos traumatizantes atormentou-o por trinta anos.

A distância dos fatos narrados permitiu ao autor abordá-los de maneira mais reflexiva. A demora em testemunhar, porém, é indicativa da dificuldade de retornar a tempos que se gostaria de esquecer. Ele escreve:

São 30 anos que esperei para escrever e contar. Lutei com a necessidade de dizer e a absoluta impossibilidade de escrever. A cada dia, adiei o que iria escrever ontem. A idéia vinha à memória, mas, logo, logo, se esvaía naquele cansaço imenso que me fazia deixar tudo para amanhã e jamais recomeçar. (Tavares, 1999, p. 11).

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

E conclui: “tornei-me um esquizofrênico da memória” (Tavares, 1999, p. 11). Como ele, outros ex-militantes deixaram que transcorresse certo período de tempo para encetar a escrita de sua dor. José Roberto Rezende explica por que não testemunhou antes:

as feridas ainda estavam abertas em quase todos nós. Era difícil para muitos de nós falar daqueles tempos, pois isso seria reviver sofrimentos. Até hoje, embora passados vinte anos, é difícil. A tortura deixa marcas profundas no corpo e na alma. (Rezende, 2000, p. 16)

Já Ottoni Fernandes Júnior desabafa: “diante de tantos sentimentos tão fortes, resolvi adiar por muitos anos o meu desejo de escrever (...) acabei concluindo o livro 27 anos depois de ter sido libertado do cárcere da ditadura militar.” (Fernandes Júnior, 2004, p. 11). Até mesmo Alfredo Sirkis, que foi um dos primeiros a publicar uma narrativa memorialística sobre a experiência de luta contra a repressão, sofreu pressões, mesmo sem ter sido torturado: “Demorei ainda quase dois anos para emergir dessa masmorra mental que o DOI-CODI, que nunca conseguira me pegar, me infligia a distância.” (Sirkis, 1998, p. 19).

Logo no início de seu relato, Tavares conta que um sonho o acompanhou durante os dez anos de exílio. Sonhava que seu pênis saía do corpo “como um parafuso solto” (Tavares, 1999, p. 15), para logo ser encaixado novamente. A angústia de ter esse pesadelo em momentos e países diferentes do exílio apenas perpetuava a dor dos choques elétricos sofridos no Rio de Janeiro. O episódio é contado porque, certamente, o autor sabe da sua importância para o efeito que o texto tem no leitor. Carregando o simbolismo das realizações oníricas, essa emasculação constantemente repetida representa e atualiza a impotência dos torturados em poder dos torturadores, como lembra o autor:

Mais terrível que o pesadelo era o levantar-se com ele, na dúvida, naquelas frações de segundo entreabertas entre a noite e o amanhecer, sem saber se fora apenas sonho mesmo ou o despertar de uma realidade cloroformizada pela vida. Meu sexo saía do lugar sem mais nada, como uma espécie de folha caída. Só isso. (Tavares, 1999, p. 15-16)

Impedido de reagir, tratado como um animal, a situação de inferioridade do cárcere marca sua consciência de tal maneira que o pesadelo se torna familiar e permanece na memória. Como um Schreber⁷ mais lúcido, Tavares controlava o medo da perseguição de maneira racional, mas a própria situação do banimento o lembrava de que ele não era esquecido no seu país de origem, e o relaxamento noturno jogava-o de volta no turbilhão das imagens persecutórias.

A narrativa de Flávio Tavares tem nesse pesadelo o seu capítulo inicial. Ele conta como, durante a prisão no Uruguai, ele (o pesadelo) desapareceu, para, logo depois em liberdade, voltar a angustiá-lo e, por fim, sumir completamente no seu retorno ao Brasil. O autor escreve: “paradoxo de si próprio, o pesadelo só aparecia em vida e em liberdade. Nesse tempo de quase-morte de seqüestrado no estrangeiro, o pesadelo adormeceu.” (Tavares, 1999, p. 18). O autor reitera, então, que o pior de tudo não era sonhar com a tortura e seus efeitos, mas acordar e não saber ao certo se tudo era verdade ou sonho.

Um tema recorrente no testemunho é a tortura. Tortura que o autor sofreu, tortura que presenciou e tortura sobre a qual tece considerações. Sua experiência com essa prática tão difundida nos anos da ditadura militar (mas que já era uma herança da formação autoritária do país⁸) acompanhou a própria mudança de atitude do poder em relação a ela. Ou seja, em suas duas primeiras detenções, em 1964 e 1967, não foi torturado, “apenas” interrogado e mal-tratado; porém, em 1969, o procedimento com ele foi muito diferente, de acordo com as práticas que passaram a ser norma tácita naqueles anos de recrudescimento da ditadura.

A partir desse período, surge uma figura que constará em vários livros de memória sobre o regime militar⁹: o torturador sádico, o homem que, autorizado a praticar atos vis, deixa o que há de pior em sua natureza se manifestar, provocando em seu semelhante uma dor que ultrapassa a sala de torturas. No Rio de Janeiro, logo que chegou ao quartel, Flávio foi de pronto introduzido ao novo tratamento, sendo alvo de pancadas e

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

“manguieiraços”. Mas o pior ainda estava por vir: o choque elétrico e o pau-de-arara: “Na manivela da máquina de choque elétrico, o major F. girava forte e esbugalhava os olhos, à espera do meu grito. E eu não conseguia gritar. A respiração se cortava, travando a língua.” (Tavares, 1999, p. 17). A dor não o impediu, no entanto, de perceber a expressão facial de seu torturador, numa imagem que guardou por mais de trinta anos: “É a máquina de choque elétrico. O rosto do major se contrai, ele cerra os lábios, ajusta os olhos como se fizesse mira, e eu o vejo acionar a manivela antes de cair quase aos seus pés.” (Tavares, 1999, p. 29). O que se desprende dessa descrição quase cinematográfica de um momento de tortura é a sensação de prazer que aparenta ter o homem por trás da máquina de choque elétrico.

O sadismo tomou formas variadas naqueles anos em que os atos abjetos ficavam impunes. E era quando havia poucas testemunhas que a ditadura mostrava seu lado mais nocivo. Por trás da aparência de normalidade, jazia um sistema subterrâneo de interrogatórios peculiares. Para lembrar com nitidez de algo ocorrido há tantos anos, é preciso que a cena seja marcante, para o bem ou para o mal:

Os tapas continuaram, o torturador cada vez mais perto, mais perto, até encostar a cara na cara de Ivan, o corpo no corpo de Ivan, sempre lhe dando mais golpes, cada vez unindo mais rosto com rosto, quase beijando a vítima, cheirando-lhe o pescoço, como se aquilo não fosse tortura, mas o êxtase do torturador estuprando o prisioneiro pelos ouvidos. (Tavares, 1999, p. 89)

O prazer do torturador (major Fontenelli), sentindo-se de posse de sua vítima, exacerba-se e, num ato que é também um símbolo dos abusos cometidos a muitos outros perseguidos pela ditadura militar brasileira, o representante do poder esquece-se dos que presenciam a cena e concentra-se no prisioneiro: “Naqueles longos minutos, olhos esbugalhados, respiração arfante, tocando com a boca a boca da vítima, o torturador não pôde esconder que buscava o paroxismo. De pronto, estremeceu como se chegasse à ejaculação.” (Tavares, 1999, p. 89). Logo depois, lembrando-se do lugar onde estava, “o torturador tirou o rosto do rosto da vítima, desprendeu-se dela, deu um passo atrás e, logo, avançou e lhe deu um estrepitoso tapa na cara.” (Tavares, 1999, p. 89). Não é à toa que Tavares decidiu incluir o episódio no seu relato. Correndo, talvez, o risco de ser acusado de exagerado ou de vingativo, relembrou esse fato peculiar, sabendo que o ato não foi isolado, mas sim um procedimento sintomático dos anos enfermos que viveu e dos quais procura agora a libertação, compartilhando com o leitor a estupefação perante os limites a que podem chegar determinados indivíduos.

Há uma justificativa, corrente nas palavras dos militares sobre o período da ditadura, de que a tortura faz parte da “guerra” e tem o objetivo de angariar informações importantes sobre atividades subversivas no menor espaço de tempo possível. Esse tipo de tentativa de legitimação de comportamentos repulsivos é também um ato violento: “sempre uma violência é antecedida, ou justificada, prévia ou posteriormente, por uma violência simbólica” (Santos; Tirelli, 1999, p. 120). Tavares, porém, foi obrigado a responder questões que em nada lembravam a preocupação com a segurança nacional: “o interrogatório do major se concentrou em saber como nos beijávamos e se fazíamos sexo. ‘ou apenas se masturbavam com as mãos, um ao outro?’, me indagou textualmente” (Tavares, 1999, p. 94). Segundo o autor, a relação entre os militantes políticos e as mulheres era uma obsessão constante nos interrogatórios. Sobre esse fetiche, Marco Antônio Tavares Coelho dedica, em suas memórias, um subcapítulo, intitulado “Taras sexuais”. Nele, relata:

é necessário assinalar a tara sexual do pessoal do DOI. Preocupação doentia a respeito do comportamento sexual dos presos; saber com quem mantinham relações sexuais; comentários constantes sobre órgãos sexuais dos torturados, especialmente das mulheres; xingamentos e insultos escatológicos aos presos (...) Aliás, certos tipos de torturas, como enfiar cabo de vassoura no ânus ou na vagina e choques elétricos nos órgãos sexuais são de sua preferência porque isso satisfaz sua tara. (Coelho, 2000, p. 385).

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

Vale lembrar aqui das palavras de Dostoievski, descrevendo torturadores de outro contexto: “Imagino que a satisfação de pessoas assim decorre de uma sensação de perversão e prazer ao mesmo tempo.” (Dostoievski, 2006, p. 211).

Tendo padecido nas mãos de seus captores, Flávio Tavares só não perdeu a vida devido à intervenção de um homem, o coronel Élber de Mello Henriques, que foi designado para dirigir o seu inquérito policial-militar. Percebendo o que estava acontecendo no quartel, ele fez com que cessassem as torturas, permitindo que ele se recuperasse. No relato, o autor dedica várias páginas a comentar as atitudes do coronel, efetuando uma comparação do caráter dele com o dos outros oficiais. Sobre ele, escreve:

Com o coronel, a tortura e a violência desapareciam dos interrogatórios. Em tudo ele diferia do estilo do quartel. Até na farda: ele e seu sargento-escrevente vestiam uniforme comum, com calça militar e sapatos. (Tavares, 1999, p. 73)

Ao não utilizar o fardamento de campanha, o coronel estava indicando que não se sentia em guerra e que, portanto, não considerava os prisioneiros seus inimigos. Sobre isso, ele mesmo comenta em entrevista dada à revista *Veja*:

O motivo é que eu usava um uniforme comum do Exército, calça militar e sapatos, mas não portava arma, ao contrário do major José Mayer Fontenelli (então chefe do setor de informações do DOI-Codi do Batalhão da Polícia do Exército no Rio), que, segundo os presos me contaram, comandava as sessões de tortura no quartel, e de outros militares que faziam os interrogatórios. (Henriques, 1999, p. 11)

De resto, suas palavras confirmam o que Tavares narra a respeito do tempo em que esteve preso na PE do Rio de Janeiro. O coronel Élber foi afastado de suas atividades, pois denunciou a seus superiores o que tinha visto no quartel. Apesar de excelente currículo¹⁰, não obteve promoção em sua carreira.

Devido ao fato de a tortura ser a norma no comportamento militar a que estava acostumado, Tavares se surpreendeu com a postura de Élber, e acabou por responder-lhe tudo o que solicitava: “Era impossível não lhe responder e extremamente difícil inventar-lhe subterfúgios, pretextos ou álibis.” (Tavares, 1999, p. 75). Nas suas perguntas não havia a intenção de castigar ou incriminar. Ao tratar os prisioneiros com correção, fazia com que se sentissem protegidos. Essa característica é aqui ressaltada para tornar claro o sentimento do autor de que havia “dois exércitos”: um – o das torturas – era o do major Fontenelli; o outro – de tratamento humano – era o do coronel Élber. O que o autor procura frisar é que ser cortês era uma exceção: “O paradoxal nisso tudo é que o exército que nos parecia estranho e inexplicável era o do coronel Hélber.” (Tavares, 1999, p. 82)¹¹.

Refletindo sobre a tortura, Flávio Tavares recorda que houve algo pior do que o sofrimento experimentado na própria carne: ver os amigos serem seviciados. Como seu corpo já estava no limite (se continuassem, seria morto), os torturadores decidiram castigá-lo de outro modo:

Ser forçado a presenciar o suplício, como espectador, destroça mais do que o suplício em si. De simples vítima, passamos a ser vítimas da brutalização da vítima. Nesses quatro dias, o major e sua equipe tinham me destroçado o corpo, mas agora, em poucos minutos, me trituravam a alma. (Tavares, 1999, p. 69)

O sentimento de culpa e impotência é lembrado ainda em outra passagem, quando o colocam na mesma cela que um militante morto sob torturas: “é a morte própria que se sente quando se é impotente para evitar a morte alheia à nossa frente.” (Tavares, 1999, p. 106). Essas experiências, suportadas por trinta anos na memória, constituem um dos motivos estruturantes do relato. Denunciar, para que não se repitam; e contar, para compartilhar a dor.

Típica daqueles tempos, a perda do senso de realidade alcançava parâmetros impensáveis para além da turbulência ditatorial. Após o A.I.-5, qualquer pessoa que exercesse um cargo policial tinha o poder de prender e interrogar um indivíduo que julgasse suspeito. Como se isso não bastasse, o desaparecimento de

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

muitos presos não era investigado devidamente. Nesse contexto, os atos mais inesperados ocorreram. No caso de Tavares, entre outros fatos marcantes, o episódio em que foi liberado para embarcar no avião que o levaria ao México persistiu em sua memória. O major que o torturou barbaramente se despediu com as seguintes palavras: “– Desculpe por todas as coisas que houve; eu tenho certeza de que, se você tiver um filho, ainda vai me convidar para compadre.” (Tavares, 1999, p. 120). Loucura ou cinismo, como não sair dessas experiências para sempre modificado? A constrangedora aparência de normalidade manifesta nas palavras do torturador revela, além de um raciocínio que não distingue os limites entre o público e o privado, a completa insensibilidade perante os danos infligidos ao outro. A frieza demonstrada na sala de tortura se estende na indiferença em relação à responsabilidade pelos atos cometidos.

4. Reflexões finais

Neste trabalho, analisamos a maneira como são estruturados Retrato Calado e Memórias do esquecimento, detectando, na voz do narrador, sinais de uma relação problemática com o material narrado. A partir daí, interpretamos as características discursivas evidenciadas nos relatos como materializações formais da ambígua tarefa de evocação de memórias da violência sofrida e presenciada.

Os textos analisados foram produzidos por vítimas da tortura. Os autores, que tiveram seus corpos tratados como objetos manipuláveis e que enfrentaram a tentativa de apagamento de sua subjetividade e de sua autodeterminação, buscaram, através da escrita dessa dor, narrar o que é este homem que foi seviciado. A dificuldade que encontraram ao verbalizar sua experiência é mais um indício de que a tortura, além de imprimir a sua marca no corpo da vítima, gerou, na constituição psíquica, feridas muito mais profundas.

As narrativas testemunhais surgidas nos anos subseqüentes ao fim da ditadura militar buscaram realizar uma justiça simbólica, já que a jurídica¹² não ocorreu. São os textos de Tavares, de Salinas, de Gabeira, de Ottoni, de Coelho e de tantos outros que negam com mais veemência as tentativas de simplificação – e seu elevado grau de eufemismo – do que ocorreu entre 1964 e 1985. Nos testemunhos de ex-militantes revolucionários, percebemos o quanto são deletérias e tendenciosas as produções cinematográficas como, por exemplo, *O que é isso, companheiro?*, de Bruno Barreto, que abordam o período de maneira irresponsável e superficial.

O estudo e a tentativa de compreensão dos testemunhos da ditadura militar ajudam, também, a melhor entender a vasta produção ficcional sobre o período. Nela, determinadas construções estruturais fragmentárias, como a utilizada em *A festa*, de Ivan Angelo, por exemplo, retomam as ambivalências vividas pela própria sociedade, confirmando a intuição de Adorno em *Teoria Estética*. E neste Brasil, que não sabe o nome de seus representantes políticos e não assimila os erros do passado, são muitas as ambivalências. Em tempos de opressão, a literatura revela a impossibilidade de articulação de discursos ordenados e com pretensões à totalidade factual.

Se lembrarmos a diferença que Freud (1992) estabelece entre luto e melancolia, afigura-se evidente que, segundo se depreende das produções testemunhais, da ficção e dos depoimentos e opiniões dos mais variados cidadãos, o país não realizou, de maneira coletiva, o trabalho de luto em relação à ditadura. Vivemos neste estado melancólico, no qual as feridas não foram cicatrizadas e nem as perdas, assimiladas. Como explica LaCapra (2001) de maneira lúcida, numa sociedade pós-ditatorial, é de fundamental importância a criação de condições para que ex-perpetradores assumam as ações do seu passado e para que a própria sociedade reconheça suas vítimas, propiciando, assim, espaço para a justiça histórica e para o luto coletivo. Sobre essa necessidade, Dostoiévski, em tom pessimista, já advertia:

Uma sociedade que contempla sem reação tal manifestação já está corroída até o fundo. Em suma: o poder concedido a um homem para castigar outro é uma das feridas da sociedade, é um dos meios mais fortes

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

para sufocar qualquer semente ou tentativa de civilização e a causa fundamental de sua destruição certa e irreversível. (Dostoievski, 2006, p. 212).

Essencial ao propósito de evitar que se repitam indefinidamente as falhas de tempos sombrios é o estabelecimento de espaços para a memória. Não apenas locais em que a história seja lembrada e, na medida do possível, exposta ao conhecimento amplo, mas também o espaço simbólico, no qual as experiências possam ser compartilhadas e os leitores/expectadores/ouvintes estejam abertos à narração da dor alheia.

Os relatos de Salinas e de Tavares, escritos sob os efeitos duradouros da fragilidade psíquica, do sofrimento e da melancolia, dão testemunho do trauma pelo qual passaram. Eles necessitavam da ação através da escrita, pois, como sobreviventes que viram a morte de perto, escrevem tal qual fosse preciso dar um sentido à sua vida, ao fato de terem permanecido vivos enquanto tantos não puderam. Ao narrarem sua história, asseguram-se de que os crimes dos quais foram vítimas não serão mantidos em segredo. Prestam, assim, valiosa contribuição social. A decisão de materializarem em narrativas suas experiências é, de fato, um “ato socialmente simbólico” (Jameson, 1992). O valor do estudo dos relatos memorialísticos reside na tentativa de entender melhor a literatura de nosso tempo, o que não deixa de ser uma tentativa de entender melhor também a própria época em que vivemos.

Os testemunhos da ditadura militar contestam o tom conciliatório típico de uma sociedade que não abre mão do autoritarismo, mesmo em momentos oficialmente democráticos (Pinheiro, 1991). Subjaz aos textos das vítimas a idéia de que é lícito perdoar os perpetradores arrependidos, mas que não é possível, de maneira nenhuma, desculpar (absolver da culpa) os carrascos torturadores.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. Teoria estética. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, s/d.

ARNS, Paulo Evaristo. “Amanhã, na batalha, pensa em mim”. Entrevista concedida a Marcos Fonseca. In: *Cult*, n° 78, São Paulo, março/2004, p. 55-60.

BETTO, Frei. Batismo de sangue. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

CANDIDO, Antonio. “Prefácio”. In: FORTES, Luiz Roberto Salinas. Retrato calado. São Paulo: Marco Zero, 1988, p. IX-XIII.

CHAUÍ, Marilena. “Apresentação”. In: FORTES, Luiz Roberto Salinas. Retrato calado. São Paulo: Marco Zero, 1988, p. I-VIII.

COELHO, Marco Antônio Tavares. Herança de um sonho. As memórias de um comunista. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DOSTOIEVSKI, Fiodor. Recordações da casa dos mortos. Trad. Nicolai S. Peticov. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

FELMAN, Shoshana. The Juridical Unconscious. Trials and Traumas in the Twentieth Century. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

FERNANDES JÚNIOR., Ottoni. O baú do guerrilheiro. Memórias da luta armada urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. “Introdução”. In: Sartre no Brasil – a conferência de Araraquara. 2ª ed. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 11-19.

_____. Retrato calado. São Paulo: Marco Zero, 1988.

_____. O iluminismo e os reis filósofos. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

- FREUD, Sigmund. “Luto e melancolia”. Trad. Marilene Carone. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 32, março 1992, p. 128-142.
- _____. “Beyond the Pleasure Principle”. In: _____. *Beyond the Pleasure Principle and Other Writings*. Trans. John Reddick. London: Penguin Books, 2003.
- GINZBURG, Jaime. “Conceito de melancolia”. In: *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, nº 20, jun 2001, p. 102-116.
- HENRIQUES, Élber de Mello. “Eu vi a tortura”. *Veja*. 03/11/99, p.11-15.
- JAMESON, Fredric. “A interpretação: a literatura como ato socialmente simbólico”. In: _____. *O inconsciente político. A narrativa como ato socialmente simbólico*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1992, p. 15-103.
- KEHL, Maria Rita. “Três perguntas sobre o corpo torturado”. In: KEIL, Ivete; TIBURI, Márcia (orgs.). *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos, 2004, p. 9-19.
- LACAPRA, Dominick. *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- PERES, Urania Tourinho (org.). *Melancolia*. São Paulo: Escuta, 1996.
- PETERS, Edward. *Tortura*. Trad. Lilá Spinelli. São Paulo: Ática, 1989.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Autoritarismo e transição”. In: *Revista USP*, São Paulo, 1991, n. 9, p. 45-56.
- REZENDE, José Roberto. *Ousar lutar. Memórias da guerrilha que vivi (depoimento a Mouzar Benedito)*. São Paulo: Viramundo, 2000.
- RIBEIRO, Renato Janine. “A dor e a injustiça”. In: COSTA, Jurandir Freire. *Razões públicas, emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 7-12.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos; TIRELLI, Cláudia. “A ordem pública e o ofício de polícia: a impunidade na sociedade brasileira”. In: SOUSA, Edson Luiz André de (org.). *Psicanálise e colonização. Leituras do sintoma social no Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 113-127.
- SCHOLLHAMMER, Karl Erik. “Os cenários urbanos da violência na literatura brasileira”. In: PEREIRA, Carlos Alberto et al. (orgs.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 236-259.
- SCLIAR, Moacyr. *Saturno nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SEGATTO, José Antonio. “Cidadania de ficção”. In: _____. *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 201-221.
- SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- SONTAG, Susan. “Sob o signo de Saturno”. In: _____. *Sob o signo de Saturno*. 2ª ed. Trad. Ana Maria Capovilla e Albino Poli Jr. Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 85-103.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 3 ed. São Paulo: Globo, 1999.
- _____. *Memórias do esquecimento*. 5ª ed. (1ª edição ampliada). Rio de Janeiro: Record, 2005.
- VIÑAR, Maren e Marcelo. *Exílio e tortura*. Trad. Wladimir Barreto Lisboa. São Paulo: Escuta, 1992.

1 Doutor em Teoria e História Literária (UNICAMP). Bolsista PRODOC/CAPES na UFPI.

2 Entre as definições de tortura, é interessante a postura de Edward Peters, que, após reproduzir em seu livro variações do conceito, acaba por dizer que nele podem caber tantas definições, que o resultado é o entendimento da tortura como a capacidade de qualquer pessoa causar sofrimento em uma outra. Porém, tendo em vista um elemento recorrente nas definições, afirma: “a tortura é, portanto, algo que uma

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

autoridade pública pratica ou tolera.” (Peters, 1989, p. 9). De resto, seu livro propõe uma “visão sistemática” da prática da tortura em diferentes contextos e épocas. Marcelo Viñar, por sua vez, explica: “A tortura é todo dispositivo intencional, quaisquer que sejam os meios utilizados, engendradora com a finalidade de destruir as crenças e convicções da vítima para privá-la da constelação identificatória que a constitui como sujeito. Este dispositivo é aplicado pelos agentes de um sistema de poder totalitário e é destinado à imobilização pelo medo da sociedade governada.” (Viñar, 1992, p. 60).

3 Além dos textos de Freud (1977 e 1992), vale conferir, sobre o tema, os ensaios constantes em *Melancolia* (Peres, 1996), *Saturno nos trópicos* (Scilar, 2003), “Sob o signo de Saturno” (Sontag, 1986) e “Conceito de melancolia” (Ginzburg, 2001).

4 E aqui podemos lembrar de Riobaldo, personagem fictícia colhida por acontecimentos violentos e episódios que a sua consciência reluta em entender. Também ele se narra, amparado pela escuta de um interlocutor de quem espera atenção.

5 Maria Rita Kehl esclarece: “É que a tortura refaz o dualismo corpo/mente, ou corpo/espírito, porque a condição do corpo entregue ao arbítrio e à crueldade do outro separa o corpo e o sujeito – no sentido do sujeito da ação, da vontade, da determinação. Sob tortura, o corpo fica tão assujeitado que é como se a ‘alma’ – isso que no corpo pensa, simboliza, ultrapassa os limites da carne pela via das representações – ficasse separada dele. A fala que representa o sujeito deixa de lhe pertencer, uma vez que o torturador pretende arrancar de sua vítima a palavra que ele quer ouvir, e não a que o outro teria a dizer.” (Kehl, 2004, p. 11).

6 “A palavra trauma significa ferida, especialmente aquela produzida por dano físico repentino.” (Felman, 2002, p. 171; nota 1).

7 Cf. Schreber, Daniel Paul. *Memórias de um doente dos nervos*. Trad. e introd. Marilene Carone. São Paulo: Paz e terra, 1995 (o original é de 1903). Neste caso clássico de “*Dementia Paranoides*”, estudado por Freud em *O caso Schreber*, o autor descreve seus delírios de emasculação.

8 Afirmções sobre o legado de autoritarismo de que o Brasil é vítima podem ser encontradas, entre outros, nos seguintes textos: “Autoritarismo e transição” (Pinheiro, 1991), em que o autor identifica, por exemplo, a permanência da tortura mesmo após transições de períodos repressivos a democráticos; “A dor e a injustiça” (Ribeiro, 1999), que vê na colonização e na escravidão os primórdios da constituição de um país traumatizado pela violência de um passado não elaborado; “A ordem pública e o ofício da polícia: a impunidade na sociedade brasileira” (Santos; Tirelli, 1999), em que os autores falam de uma herança social de hierarquização e autoritarismo, assegurados pela violência; “Os cenários urbanos da violência na literatura brasileira” (Schollhammer, 2000), que aborda a presença da violência na literatura brasileira, sobre a qual o autor explica que aparece como elemento constitutivo da cultura nacional; e “Cidadania de ficção”, no qual Segatto (1999) afirma que uma das características do Estado brasileiro é a de se impor autoritariamente sobre a sociedade civil.

9 Cf. o relato de José Roberto Rezende, por exemplo, no qual se lê a seguinte passagem, referente aos torturadores: “Alguns chegam a desenvolver técnicas de tortura por extremo ‘profissionalismo’, mas todos estão ali exercitando seu sadismo, sua torpeza. Muitas vezes eu vi o prazer indisfarçado e sórdido estampado no semblante de torturadores. É repugnante.” (Rezende, 2000, p. 104). O próprio Tavares toca no assunto em mais de uma ocasião, como nesta frase: “Eles não são assassinos, apenas torturadores, o estágio mais alto do sadismo.” (Tavares, 1999, p. 30).

10 Cf. a edição ampliada do relato, na qual Flávio Tavares insere informações sobre seu encontro com o coronel Élber quando do lançamento da primeira edição do livro no Rio de Janeiro (2005, p. 98).

11 Nas primeiras edições, o nome do coronel aparece grifado com “h”.

Literatura e Autoritarismo

Dossiê “Escritas da Violência”

12 “Quem mata calmamente, friamente, tem de sofrer um processo e tem de sofrer também as conseqüências do seu ato. Isso nunca foi executado no Brasil” (Arns, 2004, p. 60).